

CULTURA DA PAZ NO INTERIOR DAS UNIDADES EDUCACIONAIS: UM RECORTE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA IMPLEMENTADA NA CIDADE DE CAMPINAS – SP.

¹Marcus Venícius de Brito Coelho

²Riza Amaral Lemos

³Mário Marcelo Nicodemos

RESUMO

O termo Cultura da paz, utilizado desde 1999 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO - tem sido temática de extrema relevância nas discussões de diversas áreas, dentre elas a de educação, foco deste trabalho. Nesse sentido, Cultura da Paz constitui um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e de vida que apostam no diálogo e na negociação como forma de prevenção e combate à violência, visando a resolução de conflitos e a promoção de uma convivência pacífica. Esse movimento tem em Marshal Rosenberg um de seus principais teóricos, o qual constitui referência principal desta pesquisa, realizada na Rede Municipal de Ensino de Campinas, cidade metropolitana, situada no interior do Estado de São Paulo. Trata-se de política pública implementada no ano de 2016 que permanece em vigor e que fundamenta-se no papel social da escola, enquanto espaço de convívio, formação humana e cidadã. Este trabalho apresenta um recorte, da Política de Cultura da Paz implementada pelo Núcleo de Ação Educativa Descentralizado – Sudoeste, em parceria com diversas instituições, dentre elas o Ministério Público do Estado de São Paulo, em duas Unidades Educacionais que atendem crianças e adolescentes do Ensino Fundamental. A pesquisa realizada, encontra-se em andamento e tem por base a análise documental dos registros realizados em reuniões semanais junto aos educandos, bem como, nos registros internos das unidades educacionais, relatos dos participantes dos encontros e materiais produzidos, onde são abordadas questões relativas à temática das relações étnico-raciais, gênero, construção da identidade, protagonismo jovem, escuta empática, respeito à diversidade, dentre outros. Os resultados preliminares apontam para uma melhoria significativa na resolução de conflitos no interior das Unidades Educacionais, bem como para uma efetiva participação dos jovens nos processos de tomada de decisões e na busca de soluções para a vida escolar e em comunidade.

Palavras-chave: Cultura de Paz, Resolução de Conflitos, Ciclos de Paz.

¹ Graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – SP, Representante Regional do Núcleo de Ação Educativa Descentralizado Sudoeste – NAED – Sudoeste – marcus.coelho@educa.campinas.sp.gov.br.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Educação no Ensino Fundamental pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Diretora Educacional na Rede Municipal de Ensino de Campinas. Professora da Universidade Padre Anchieta de Jundiá e do Programa de Pós-Graduação da Kroton Educacional. riza.lemos@educa.campinas.sp.gov.br

³ Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Assessor de Educacional. Coordenador de Prevenção e Enfrentamento ao Bullying da Secretaria Municipal de Educação de Campinas. marionegrasraizes@gmail.com

INTRODUÇÃO

A instituição escolar tem vivenciado atualmente um grande desafio que se apresenta na seguinte questão: Como agir diante de um quadro de violência cada vez mais presente nas casas, nas ruas, na sociedade de modo geral e que em alguma medida, se reflete no interior do espaço escolar? Essa questão tão complexa, tem sido alvo de análises e reflexões também por parte do poder público, uma vez que trata-se de assunto relevante e de grande preocupação tendo vista os últimos episódios de violência relacionados às escolas brasileiras.

Esse artigo, tem por objetivo apresentar a política pública implementada pelo Núcleo de Ação Educativa Descentralizado Sudoeste⁴ da Rede Municipal de Ensino de Campinas (SP). Trata-se de uma ação coletiva, implementada em duas Unidades Educacionais de Ensino Fundamental em forma de projeto piloto, que tem por finalidade promover a prevenção e o combate de violência e *Bullying* nas escolas. Esse trabalho conta com o apoio do Ministério Público do Estado de São Paulo e envolve gestores, professores, servidores, funcionários, educandos, familiares, responsáveis legais e a comunidade local, no sentido de buscar informações, conhecimentos e promover formação permanente para enfrentar as questões que se apresentam cotidianamente.

Nesse sentido, as políticas públicas tem por finalidade responder a uma demanda social, a qual deve ser problematizada e pensada coletivamente de forma democrática, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com Mainardes (2011)

Cada política representa uma tentativa de resolver um problema da sociedade a partir de processos de decisão no qual participa certo número de atores. Uma política pública é um constructo social e um constructo de pesquisa. Uma política pública é a expressão do poder público, constrói um quadro normativo de ação e constitui uma ordem local (Mainardes, 2011, p. 161).

Dessa forma, a implementação de uma política pública relacionada à Cultura de Paz requer o envolvimento de uma série de atores, dentre eles, os profissionais da educação. Essa pesquisa assume a importância do diálogo entre os sujeitos que atuam no espaço escolar,

⁴ Núcleo de Ação Educativa Descentralizado Sudoeste - NAED/Sudoeste: Tendo em vista a extensão territorial do Município de Campinas, bem como o número expressivo populacional e conseqüentemente o quantitativo elevado de escolas e profissionais o atendimento da educação se dá por meio dos Núcleos de Ação Educativa Descentralizados. Dessa forma o atendimento das diversas secretarias está organizado em cinco regiões (Norte, Sul, Sudoeste, Noroeste e Leste), sendo o NAED-Sudoeste, responsável pelo acompanhamento de todas as atividades de 45 escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

sobretudo, tendo em vista as questões relacionadas à violência causada por inúmeros processos cotidianos e ordinariamente rotineiros, parte constituinte da desigualdade social de nosso país que vem crescendo conforme relatório contido no Atlas da Violência 2022⁵.

Nesse sentido, é importante compreender de que maneira é possível fazer intervenções e enfrentamentos à violência escolar de modo a promover por meio da comunicação não-violenta mudanças de posturas e quebra de paradigmas. O presente artigo, traz em suas linhas e entrelinhas a experiência na implementação de um trabalho relacionado à Cultura de Paz e à Comunicação não-violenta, por meio do diálogo, da empatia, do respeito, da formação permanente, das rodas de conversa e das ações articuladas de escuta empática no interior das Unidades Educacionais do Município de Campinas/SP, as quais indicam uma melhoria nas relações interpessoais e nas questões relacionadas à violência escolar.

METODOLOGIA

O trabalho com a Cultura de Paz iniciou-se no ano 2022 tendo como ponto de partida um questionário aplicado entre os educandos, funcionários, educadores, responsáveis legais e servidores, contendo 5 perguntas sobre o tema violência na escola para que, a partir desta ação, pudesse ser entendido qual o grau de conhecimento de todos sobre a questão. A partir da coleta desses dados iniciou-se a construção das agendas de trabalhos dos círculos com todos os envolvidos.

Tendo em vista as respostas apresentadas foram disponibilizadas caixas de sugestões em locais estratégicos no pátio das Unidades Educacionais para que os educandos pudessem depositar bilhetes com suas dificuldades e propostas para melhoria da escola. Posteriormente, iniciou-se um processo de análise das sugestões e demais questões apresentadas pela equipe responsável pela implementação do Projeto de Cultura de Paz, gerando diversas ações após esse processo de escuta.

O trabalho foi pautado nos estudos realizados por Rosemberg (2015) em seu livro intitulado Comunicação Não-Violenta, em Zehr (2010) livro Justiça Restaurativa e Pranis (2010) livro Processos Circulares de Construção de Paz, contando também com um processo de escuta dos educadores por parte da equipe de articulação do projeto e iniciado um estudo com os mesmos a partir das obras dos autores supracitados.

⁵ Atlas da Violência - Documento elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que anualmente apresenta dados estatísticos da sociedade brasileira, dentre eles, relatório específico sobre a violência no Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos> . Acesso em: 17/09/2023.

Posteriormente, foram realizadas as seguintes ações junto aos educandos: Círculos de diálogo, Círculos de construção de Paz, Círculos de construção de vínculo, Círculos de fortalecimento de vínculo, Círculos de resolução de conflitos, Círculos de celebração, Círculos de compreensão, rodas de conversas temáticas, Concursos de poesia, paródia e de desenho sobre o tema, entre outros.

A garantia de espaços de fala e de escuta, a liberdade de expressão, o estabelecimento de vínculos e de relações de empatia, confiança, respeito, por meio do fortalecimento da ética, foram parte importante das aquisições dos grupos nesses movimentos realizados no interior das Unidades Educacionais envolvidas. Não perdendo de vista que nenhum assunto externo ao ambiente escolar estava proibido de ser discutido, visto que em muitas ocasiões o externo reverbera no interior da escola. Dessa forma, a compreensão de que a escola não está apartada da sociedade é ponto central das ações implementadas no Projeto Cultura de Paz.

Sendo assim, as vivências e experiências realizadas no interior do Projeto apontaram para a importância da empatia e do respeito consigo e com o outro. Ribeiro (2018) assevera que

Apenas sendo empáticos, poderemos enxergar no outro, mesmo que seja um desconhecido, completamente diferente de nós, um ser humano com particularidades tanto quanto nós as temos. Por meio desse espelho emocional nos conectamos com as necessidades do outro. É um desafio demonstrar empatia em um ambiente competitivo onde as pessoas são ensinadas a idolatrar a si mesmas (Ribeiro, 2018, pag. 165).

Os Grupos de estudos sobre o tema violência na escola com os livros selecionados, tem sido cruciais para a promoção de reflexões e mudanças no interior das Unidades Educacionais, onde vem sendo realizados diversos debates junto aos educandos, vinculados às seguintes temáticas: Racismo, *Bullying*, *Cyberbullying*, homofobia, violência doméstica, violência de gênero, masculinidade tóxica, suicídio, automutilação, depressão, entre outros.

Como estratégia de trabalho foram utilizados documentários, filmes, animações, ao longo do ano para discussão como: Vida Maria, O menino do armário, Vista a minha pele, Retrato em preto e branco, A classe, Bem X a fase final, Meu melhor inimigo, *Cyberbullying*, Extraordinário, As vantagens de ser invisível, Sete minutos, Quase um segredo, além de outros títulos selecionados pela equipe responsável pelo projeto de acordo com as temáticas surgidas ao longo das discussões.

É importante ressaltar que o trabalho com os familiares e/ou responsáveis legais, familiares parte da ideia de que a família nas suas diversas formas e constituições seja ou ao menos possa se constituir paulatinamente em um ambiente que ofereça suporte a todos nela inseridos, estabelecendo assim um sentimento de pertencimento, aceitação, construção de vínculos afetivos e de confiança de modo que nos casos de dificuldade maior, possa buscar ajuda nas redes de amparo e proteção.

REFERENCIAL TEÓRICO

A violência fruto das desigualdades sociais gera conflitos diversos na sociedade, muitas vezes relacionados ao uso da violência verbal e física, que em alguma medida se fazem presentes no espaço escolar. Assim, promover a construção de uma identidade positiva e o sentimento de pertencimento constitui elemento de fundamental importância para a promoção da Cultura de Paz. Uma vez que a violência é também fruto da falta de pertencimento às instituições sociais, o que pode gerar insegurança, ansiedade, problemas de relacionamento interpessoais, dentre outras questões.

A esse respeito, Hall (2011) nos aponta que

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-la como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas, (Hall, 2011, p.109).

Isso posto, a identidade construída positivamente, aliada ao sentimento de pertencimento, são relevantes nessa questão, sobretudo, quando analisamos os dados estatísticos presentes no Atlas da Violência, que nos apontam que a violência e a mortalidade no Brasil tem cor, corpo e características bem singulares e específicas, ligadas diretamente à população preta, negra e parda, em situação de vulnerabilidade, em sua maioria do sexo masculino, residentes em regiões periféricas, com baixa escolaridade e pouco ou nenhum acesso às políticas sociais.

Indicam, sobretudo, que as desigualdades presentes na sociedade, historicamente, tem se pautado em uma conduta heteronormativa, machista e branca, implicando em ações de preconceito, discriminação, racismo, racismo estrutural e racismo religioso. Culminando em processos excludentes e segregatórios, os quais em diversas situações, se apresentam na forma de violência e conflitos, muita das vezes institucionalizados.

Rosemberg (2015) afirma, sobre a questão que

Se somos violentos com nós mesmos, como contribuir para a pacificação do mundo? A paz começa dentro de nós. Não estou dizendo que temos de nos livrar de todo o violento aprendizado interior antes de olhar para o mundo exterior, ou que devemos procurar formas de contribuir para mudanças sociais, em uma escala mais ampla. Estou dizendo que precisamos fazer tudo isso simultaneamente (Rosemberg, 2015, pag. 83).

Dessa forma, o diálogo e a mediação de conflitos são muito importantes para a construção de um processo que tenha como foco central a implementação da Cultura de Paz, pelo fato de que o diálogo estabelece a conexão como o outro, constituindo vínculos afetivos e a possibilidade de conhecer o outro, convivendo com eles, e assim, entender nossos limites e os do outro. O princípio da humanidade implica reconhecer que ela se dá por meio das relações sociais e do diálogo, através do estabelecimento de conexões entre as pessoas, e assim, o diálogo passa a ser parte integrante do processo de mediação de conhecimento e relações.

Nesse sentido, Freire (2005) afirma que

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar (...) O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciar-lo, não esgotando, portanto, na relação eu-tu (Freire, 2005, p.90).

As diversas formas de violência como a de gênero, racismo e homofobia, por vezes, aparecem de forma naturalizada que apontam a necessidade de um mediador para, ao ouvir as partes envolvidas, sem julgamento, possibilitando a construção de um olhar ampliado naquilo que podemos atender enquanto necessidades não atendidas e/ou situações estruturadas que levam a perpetuação de ações não compreendidas no campo emocional, bem como no intelectual.

O Bullying talvez seja a forma mais perversa de todas as violências, pelo fato de ser persuasivo, cotidiano, excludente e o *Cyberbullying* é uma estratégia do *Bullying* que se comete pelo dia e à noite, muitas vezes não permitindo um momento de trégua, levando a situações de depressão, suicídio, automutilação, entre outros. Rosemberg (2015) afirma que

Os quatro passos para expressar a raiva são: (1) parar e respirar; (2) identificar nossos pensamentos que indicam julgamentos; (3) conectar-nos com nossas necessidades; e (4) expressar nossos sentimentos e necessidades não-atendidas. Às vezes, entre os passos 3 e 4, podemos escolher entrar em empatia com a outra pessoa, de modo que ela possa nos escutar melhor quando nos expressarmos no passo 4. Precisamos avançar em nosso próprio ritmo tanto ao aprendermos quanto ao aplicarmos a comunicação não-violenta (Rosemberg, 2006, pag. 215).

O trabalho com Cultura de Paz consiste em criar espaços seguros entre todos na perspectiva de acolhimento sob a perspectiva da empatia para que os conflitos sejam tratados com diálogo entre pares, onde cada um tem o direito de falar e de ser escutado com respeito, ou seja, ter voz e poder, trazer para esse ambiente seguro expressões de sua identidade e realizar a sua construção de identidade, aqui pensada como algo inacabado, constituindo-se ao longo da vida. Sobre construção de identidade Feitosa (2012) aponta a especificidade da população negra:

Sabemos que a constituição da identidade do sujeito não se inicia na escola, ou seja, quando a criança entra na escola sua socialização e, portanto, a constituição de sua identidade já teve início. No entanto, a escola pode viabilizar a construção da identidade da criança negra, enquanto parte do seu segmento de origem, como também, pode contribuir para a negação de sua identidade negra, uma vez que pode aliená-la de seu contexto cultural e histórico fundamentais para a construção da identidade, (Feitosa, 2012, p. 49).

Usar como metodologia a Comunicação Não-violenta como forma de aprimorar os relacionamentos dentro do ambiente escolar discutindo entre todos os temas que fazem parte do nosso cotidiano respeitosamente, de modo a entender quais os impactos que as diversas formas de violência que acontecem dentro e fora do ambiente escolar afetam a vida de todos os envolvidos, principalmente na aceitação das capacidades e potencialidades, nas fortalezas e fragilidades que permite-se a constituição daquilo que chamamos de ser humano.

Uma das muitas coisas que aprendi com meu avô foi a compreender a profundidade e a amplitude da não-violência e a reconhecer que somos todos violentos e precisamos efetuar uma mudança qualitativa em nossas atitudes. Com frequência, não reconhecemos nossa violência porque somos ignorantes a respeito dela. Presumimos que não somos violentos porque nossa visão da violência é aquela de brigar, matar, espancar e guerrear -o tipo de coisa que os indivíduos comuns não fazem (Rosemberg, 2006, pag. 14).

Pensar coletivamente formas e estratégias de prevenção à violência dentro do ambiente escolar permite vislumbrar ações transformadoras a partir da escuta dos educandos e educadores, valorizando e aproveitando as ideias que não precisam ser acabadas e/ou definitivas, bem como capacidade, potencialidades e habilidades de cada um que possibilitem ampliar horizontes, alçar vôos, numa relação mais próxima e humanizante. Essa é uma forma

de garantir a voz e a vez de cada um por meio de princípios éticos, Mello (1963), traz na sua discussão a ética:

Em termos de transcendência ética e de imanência cosmológica tal seria o sentido do conflito entre as forças espirituais do Renascimento italiano e as Reformas de Lutero. A cultura da Europa de nossos dias se caracteriza, pois, pela circunstância de ter uma base ética transcendente – o que explica o fato de ter a ideia de Bem absoluto uma perfeita atualidade para nós – e de ao mesmo tempo abrigar no seu seio tendências imanentes e cosmológicas em virtude das quais esta ideia poderia ser compreendida de um ponto de vista meramente relativista (Mello, 1963, p. 118).

Criar e fortalecer espaços de protagonismos dos educandos e educadores dentro e fora da escola, promovendo práticas pedagógicas com foco na solução de problemas junto com a construção do sentimento de pertencimento dos educandos em relação à escola, possibilita que os mesmos vejam sentido, comprometam-se e sejam encorajados a participar desse trabalho grandioso, e assim fortaleçam os laços de confiança, vínculos afetivos entre educadores e educandos para todos trabalhem juntos em prol da escola desenvolvendo o sentimento de corresponsabilização para com suas aprendizagens, humanidades, sua efetiva participação junto sua escola e comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente artigo, traz um recorte do trabalho realizado com Cultura de Paz na Rede Municipal de Ensino de Campinas/SP, na região de atendimento do Núcleo de Ação Educativa Descentralizado Sudoeste - NAED Sudoeste. que teve como público-alvo aproximadamente 150 educandos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 50 educadores, servidores e funcionários do 5º ao 9º ano, 50 pais e ou/responsáveis legais que integram as respectivas comunidades escolares.

Trata-se de um projeto em desenvolvimento, cujos dados preliminares nos apontam que desde sua implementação o número de situações de conflito envolvendo agressões verbais, físicas, psicológicas, dentre outras, reduziu drasticamente. Os dados nos indicam ainda, para uma melhoria da qualidade do atendimento realizado nas Unidades Educacionais envolvidas, bem como para a efetivação de um trabalho articulado entre toda comunidade escolar, pautado em princípios éticos, com a adoção de posturas mais empáticas, acolhedoras e solidárias.

A escola, enquanto espaço microssocial, vem desempenhando papel relevante na construção de uma postura ancorada na solidariedade e na formação cidadã. O envolvimento dos atores sociais, a exemplo do Ministério Público vem sendo um diferencial importante nesse cenário, visto que traz contribuições significativas para as discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido com a temática da Cultura de Paz, constitui-se como de extrema relevância para o meio educacional, sobretudo na atualidade em que nos deparamos com uma crescente onda de violência envolvendo escolas no Brasil e no mundo.

A comunicação não-violenta constitui estratégia importante no combate à violência, no entanto, sem o envolvimento dos agentes sociais e do poder público esta seria inócua. Esse trabalho assume a importância de uma ação articulada coletivamente, envolvendo os agentes públicos, a comunidade do entorno e a comunidade escolar. Num somatório de forças no sentido de combater a violência, mas ao mesmo tempo acolher, compreender, dar voz, vez, por meio de uma escuta empática e através de encaminhamentos possibilitar solucionamento das situações de conflito, de forma respeitosa e ética.

Os dados, indicam que trata-se de uma ação importante, mas que no entanto, não pode se dar de maneira aligeirada, respeitando-se os processos pelos quais as relações humanas são construídas em sociedade, bem como, que embora os números indiquem para uma redução dos casos de violência no interior das Unidades Educacionais envolvidas nesse projeto, muito há que ser feito, sobretudo no sentido de ampliar o mesmo, de modo que este se consolide enquanto uma Política Pública de Estado, que possibilite o atendimento da totalidade das Unidades Educacionais do Município e assim contribua cada vez mais para a melhoria da qualidade de vida da população.

Trata-se de um projeto de extrema relevância, que não só merece ser divulgado e valorizado, mas também implementado em todo o território nacional, visando a construção de relações mais humanizadas e humanizadoras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Prefeitura de Campinas/SP, através da Secretaria Municipal de Educação, pelo apoio, fomento e promoção das ações apresentadas no presente trabalho, bem como pela oferta de condições para que os pesquisadores pudessem participar do IX Congresso Nacional de Educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo Estrutural*, São Paulo, Editora Jandira, 2020.

BALL, Stephen J., MAINARDES, Jefferson (Org.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil 1988. Capítulo III Da Educação, Da Cultura e Do Desporto. Seção I Da Educação. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf> Acesso em: 19

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Di-232 Revista Humanidades e Inovação v.6, n.14 - 2019 versidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnicos-Raciais. Brasília: SECAD, 2006b. 256 p.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: . Acesso em: 18 mai. 2015.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 març. 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em: 13 nov. 2014.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. *Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas*. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

FEITOSA, Caroline Felipe Jango. *Aqui tem Racismo: estudo das representações sociais e das identidades de crianças negras na escola*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra, 2005.

HALL, Stuart. *Identidade e diferença, a perspectiva dos Estudos Culturais*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. *O eu no nós: reconhecimento como força motriz*. Sociologias, Porto Alegre, RS, ano 15, nº 33, 25f, mai./ago. 2013.

MELLO, Mário Vieira de. *Desenvolvimento e cultura, o problema do estetismo no Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963.

NÓVOA, Antônio. *Os professores e a sua formação*. Lisboa, Portugal: Publicações dom Quixote, 1992.

PRANIS, Kay. *Processos circulares*. São Paulo: Palas Athena. 2010.

Rosenberg, Marshall B.: *Comunicação Não-Violenta. Técnicas Para Aprimorar Relacionamentos Pessoais e Profissionais*, São Paulo: Agora, 2006.

Rosenberg, Marshall B. *A Linguagem Da Paz Em Um Mundo De Conflitos*, São Paulo: Palas Athena, 2015.

ZEHR, Howard. *Justiça restaurativa*. São Paulo: Palas Athena. 2010.